Dissertações de Mestrado

A JUSTIÇA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL 2

LISIANE FEITEN WINGERT ODY

Data da defesa: 23/11/2004

RESUMO

A presente dissertação trata do tema da Justiça Contratual (Vertragsgerechtigkeit) a partir dos elementos igualdade entre as partes e sinalagma, que a compõem. Aborda seu alcance, examinando institutos jurídicos recepcionados no Código Civil de 2002, quais sejam, a lesão, a resolução por onerosidade excessiva e a revisão contratual, fundados nesse princípio.

Primeiramente, constata que a perturbação do sinalagma genético, assim como a alteração das circunstâncias que fundamentaram o contrato (perturbação do sinalagma funcional), enseja a aplicação dos institutos referidos, materializando o princípio da Justiça Contratual no ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, conclui que a Justiça Contratual não é resultado de critério subjetivo de Justiça dos aplicadores do Direito, configurando-se justamente na conjugação dos elementos igualdade entre os contratantes e manutenção do sinalagma, verificados no caso concreto, na formação e no desenvolvimento da relação contratual.

A banca foi composta pelo Professor Doutor Luiz Renato Ferreira da Silva, Professor Adjunto da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo; pelo Professor Doutor Carlos Silveira Noronha, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, e pelo Professor Doutor José Alcebíades de Oliveira Junior, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. A referida defesa foi presidida pela Professora Doutora Cláudia Lima Marques, Professora Titular de Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutora em Direito pela Universidade de Heidelberg – Alemanha, orientadora do referido trabalho.